RELIGIOSIDADE CÍVICA NA BAHIA: COMEMORANDO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA A 2 DE JULHO DE 1923. ENTRE A MEMÓRIA NACIONAL E A MEMÓRIA REGIONAL[1]

Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma[2]

Resumo: Os baianos se negaram a compartilhar da memória coletiva veiculada pelo Rio de Janeiro em 1922, quando o Brasil comemorou cem anos de Independência. Em Salvador foi rejeitado o projeto nacional proposto pelo presidente Epitácio Pessoa e os baianos voltaram-se para festejar o Centenário que, para eles, deveria ser a festa de todos os brasileiros: 2 de Julho de 1923. Culto cívico comemorado desde 1826 que toma força durante todo o século XIX, se apresenta com esplendor em 1922-1923 para continuar competindo com 7 de setembro de 1822.

Palavras-Chave: Primeiro Centenário da Independência; Identidade, Memória; Bahia.

Abstract: The people from Bahia refused to share the colective memory for the celebration of a hundred years of Nacional Independence coming from Rio de Janeiro in 1922. The national project proposed by the president Epitacio Pessoa was rejected in Salvador. The "baianos" celebrated the centenary in July 2, 1923, which for them should be the party of all Brazilians. In 1922 and 1923 flourishes the celebration of the civical cult that takes place since 1826, getting stronger during all the XIX century, and therefore continues competing nowadays with September 7 of 1822.

Key-Words: Brazilian Independence First Centenary; Identity; Memory; Bahia (Brazil)

Durante a Revolução Francesa surge o culto cívico em torno, já não mais de santos da Igreja, porém de homens ainda vivos. Estes cultos dão passagem às festas cívicas inexistentes nas ruas das cidades do Antigo Regime. A festa cívica

---

[1] Agradeço, de maneira especial, a hospitalidade que, generosamente, me ofereceram em Salvador, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2003, minha cara amiga Angélica Freitas e sua família.

[2] Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. E-mail para contato: gersonledezma@yaoo.com

na Revolução Francesa foi estudada por Albert Soboul e Albert Mathiez há algumas décadas, posteriormente por Michel Vovelle e Mona Ozouf que aprofundaram o tema. Fala-se então da festa cívica como momento no qual se entretece passado, presente e futuro na medida em que, como afirma Ozouf[3], o tempo da festa não é o tempo do historiador. Também se tem interpretado o culto cívico, através da festa, como um fenômeno para sair das angústias e projetar os nossos sonhos e esperanças. Porém, seria também o ato máximo criador do espetáculo que nos comunica com o coletivo e nos faz sentir cidadãos, pertencentes a uma nação: "este é o verdadeiro sentido da festa cívica que sonhava Rousseau, criação e redescobrimento da cidadania, momento de elaboração de uma consciência de pertencimento a uma nação e sua história, re-invenção da nossa identidade como parte de um povo"[4].

Este tipo de religiosidade cívica, em torno de festas de rua, foi proposto por Rousseau no século XVIII, na sua famosa *Carta a d'Alembert*[5], onde propôs a festa cívica, já não mais ao interior de teatros, lugares freqüentados apenas pela aristocracia, mas na rua, onde o povo participasse e, assim, envolvê-lo com a pátria.

Foi durante e depois da ditadura de Robespierre quando o povo foi se preparando para criar e encarar um novo culto, já não mais a seus antigos deuses e santos ou heróis da antiguidade francesa, romana ou grega, senão aos heróis vivos da Revolução. Instaura-se o culto à Deusa da Razão e ao Ser Supremo; rende-se culto a Robespierre depois de ser executado e aos mártires da Revolução: Marat, Danton, etc., estando ainda vivos; instala-se o culto aos santos patriotas, onde predomina, segundo Darío Acevedo Carmona, as formas religiosas sobre as práticas políticas e não existe substituição do velho culto, dando-se um caso de sincretismo, no qual o sentimento religioso tradicional se apodera de valores e significados derivados da intensidade do momento político[6]. Desta maneira, a festa cívica reclama pela ordem para criar o culto em volta de novos costumes e disciplinar o povo no calor das comemorações, lugar da memória. Criando uma comunidade que aprende a cidadania mediante a repetição de atos de igualdade e fraternidade.

> A esta luz, entende-se que a futura apropriação revolucionária dos seus ensinamentos venha fazer da festa cívica uma prática construtora da cidadania, manifestação o mais espontânea possível, que devia ter como atores os seus próprios espectadores, isto é, o povo reunido e em confraternização, ao ar livre, em jornadas revivificadoras do elo social[7]

É nos países andinos onde Georges Lomné verifica até onde os rituais da Revolução Francesa foram amplamente vividos. Demonstra como o culto aos

heróis vivos permanece: Simon Bolívar é levado em andores na cidade de Cúcuta e é santificado na província do Socorro; aclamado como se fosse Deus nas entradas triunfais em Bogotá e outras cidades. Depois do dia 20 de julho de 1820 se reinventa com maior intensidade o culto aos heróis do Grito da Independência de 1810 e a partir desta data, em poucas ocasiões tem se deixado de cultuar essas figuras, nas festas cívicas da América Latina, confundindo, desta maneira, política, civismo e religiosidade[8].

Nosso interesse aqui é mostrar como os baianos se negaram a compartilhar da memória coletiva veiculada pelo Rio de Janeiro em 1922, quando o Brasil comemorou cem anos de Independência. Na Bahia foi rejeitada a proposta do presidente Epitácio Pessoa de fazerem uma colagem entre a memória monárquica e a republicana. Os baianos voltaram-se para comemorar, com todo rigor, o Centenário que, para eles, deveria ser a festa de todos os brasileiros: 2 de Julho de 1923, prestando o culto necessário a todos os heróis e lugares de memória como Cachoeira, Funil, Cabrito e Itaparica, e não a D. Pedro I e o Grito do Ipiranga. Mostraremos que o culto cívico, em torno desses lugares de memória, surgiu desde a primeira metade do século XIX e ganhou força até 1923 quando é comemorado o Centenário da Independência, não da Bahia, mas do Brasil, segundo as matérias publicadas na imprensa.

Conforme mostramos na minha tese de doutorado[9], cabia à Presidência da República ocupar-se dos lugares de memória nacionais e projetá-los ao Brasil inteiro. A idéia de continuidade entre Monarquia e República se concretizava nos monumentos e instituições nacionais; se o papel do presidente Pessoa evidenciava bem a função do governo como guardião da memória[10], veremos que os baianos, uma vez colocado em andamento o plano nacional, decidiram optar por guardar sua própria memória, dando força à sua identidade regional e não à comunidade imaginada[11] ou simbólica[12]; podendo constatar, mais uma vez, que a memória não é só coletiva[13], mas individual como define Alessandro Portelli[14].

A BAHIA COMO EPICENTRO DA NACIONALIDADE

Em Salvador, revistas e jornais mostraram que as coisas eram diferentes; os baianos haviam realizado uma forte batalha contra os portugueses entre 1822 e 1823; à época do Centenário da Independência do Brasil, na Bahia, tal como em outras regiões do país, as elites não se sentiram partícipes da comemoração, pois, como afirmaram, o Grito do Ipiranga não significava nada para eles. Na capital baiana e outras cidades da Bahia honraram Dois de Julho de 1923. O *Diário da Bahia*[15] assegurava que o Estado comemoraria com civismo o 7 de setembro de 1922, mas, mostraria toda a sua alegria na celebração prevista para 2 de julho de 1923, porque só nessa data o Brasil completava o Centenário da

Independência, às custas da vida dos "nossos avós". "Sacrifícios tamanhos quais os por eles feitos bem merecem a admiração das gerações atuais e justificam o orgulho de que a Bahia possui, de haver cimentado, com o sangue dos seus filhos o grande edifício da independência nacional". A imprensa foi clara, comemorariam 7 de setembro de 1922 por decisão da Diretoria de Ensino Municipal, que a 2 de agosto de 1922 havia convidado, por apelo do governo federal, nos desejos do governo municipal, a professores e delegados escolares para uma reunião a realizar-se a 31 de agosto, a fim de serem assentadas todas as resoluções sobre as festas do Centenário da Independência. A seis dias da comemoração da grande data brasileira, *O Democrata*[16] ratificava categoricamente: a Bahia não acompanharia a comemoração do Centenário da Independência, que se efetuaria no Rio de Janeiro e São Paulo, onde dom Pedro I havia proclamado, às margens do Ipiranga, o grito legendário de Independência ou Morte. Segundo o jornal, essa decisão havia sido tomada a 20 de janeiro de 1920 pela Comissão Executiva do Centenário. Aí, teria se projetado a construção de vários monumentos em homenagem aos heróis de Cachoeira e Itaparica, para serem construídos na Lapinha, em Pirajá, Funil e Cabrito.

O Centenário da Independência do Brasil, comemorado em 7 de Setembro de 1922, foi notícia em todos os jornais: a festa cívica, os desfiles, a parada militar, etc. Porém, lembrou-se constantemente que a data da comemoração do Centenário da Bahia não havia chegado, esta se aproximava rapidamente. O *Diário de Noticias*[17], numa grande manchete, comunicava aos baianos: "Terminaram as festas da liberdade NA BAHIA". E em destaque afirmava: "Depois do Centenário do 'Grito da Independência' esta cidade, em 1923, sagrará a epopéia de Dois de Julho". Por sua parte, *O Imparcial*[18], em 7 de setembro de 1922, publicou o seguinte título: "Um século de Independência. Bahia aos heróis de 1823", e uma enorme fotografia do Monumento ao 2 de Julho. A mesma fotografia ilustrou as páginas onde o jornal comemorou 2 de Julho, quase um ano depois, em 05/07/1923[19]. *Renascença*[20] noticiou também os festejos de 7 de Setembro, ao dizer que os desfiles terminariam no Monumento ao 2 de Julho. Ratificou, ainda: "no ano por vir, a Bahia a quem coube a tarefa de libertar o Brasil do jugo das cortes de Lisboa, a preço de muito sangue e lágrimas sem conto, celebrará o primeiro aniversario de sua emancipação definitiva. O dia da Liberdade será sempre, para ela, 2 de Julho de 1823". A *Revista da Bahia*[21] fez duras críticas ao Centenário e atacou frontalmente o presidente Epitácio Pessoa, acusado da intervenção em Pernambuco, desvio de dinheiro do estado e corrupção generalizada. Era uma vergonha comemorar em estado de sítio, não ter festejado cem anos de Independência em paz, suspensas as garantias constitucionais de "nosso povo", concluía. Não apenas jornais e jornalistas criticaram 7 de Setembro e enaltece-

ram 2 de Julho, intelectuais também: em 1921 Braz do Amaral assegurou que a integridade nacional foi garantida na Bahia, em 1823, com sangue, enquanto no sul o esforço patriótico foi resumido aos vivas e salões enfeitados para receber o imperador[22].

O *Diário de Notícias*[23] publicou: "A César o que é de César": Embora se pensasse tirar o prestígio da Bahia, "jamais aquilo seria possível, pois a justiça da história aí esta para afirmar que no pedestal da glória, onde se erige a coluna memorável da nossa emancipação política, a Bahia ocupa, com muita justiça, a cúspide do monumento".

> Que a Bahia foi a heroína da nossa Independência atestam o patriotismo de Maria Quitéria de Jesus Medeiros e as pugnas cruentas de 7 de janeiro em Itaparica, de 25 de julho em Cachoeira e o valor dos nossos bravos nos campos de Cabrito, Funil e Pirajá; que a Bahia foi mártir na Independência, afirma o sangue de nossos avós, tantas vezes derramado, nas legiões de Labatut e de Lima e Silva; mais ainda, o sangue augusto e glorioso de Joanna Angélica, no Convento de Lapa.

O mesmo jornal, desconhecendo o lugar da memória nacional proposto pelo Rio de Janeiro, afirmou que o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, oferecido a Pedro I, dava uma impressão de incoerência esquisita. As opiniões estavam divididas, entendendo alguns, como os liberais bombásticos de 1830, que ele havia sido ventoinhas e tirano, e outros que não passou de um mísero títere nas mãos hábeis dos chefes políticos do seu tempo.

> Filho de espanhola e português, criado sob solo americano, sem recursos de ilustração, desabrido, mediano em tudo: parte soldado, Rei em parte, em parte '*condotiére*'-observa Euclides da Cunha- D. Pedro sofreu na sua existência aventurosa todas as conseqüências herdadas aos avós, loucos, biliosos, sendo que a própria crônica secreta da corte de D. João VI, (dá a conhecer) os amores famintos da Rainha Carlota Joaquina, uma ninfomaníaca; documenta fartamente o estudo- (que) admitia facilmente a intimidade de favoritos e cortesãos, sem escrúpulo.

Depois de relatar as aventuras amorosas de D. Pedro I, o jornal discorreu sobre uma amante em especial: a Dona Domitilla de Castro, elevada a Marquesa de Santos; a vida íntima do imperador havia se tornado, àquela época, uma tempestade de maus sucessos e escândalos. Dama de honra da Imperatriz, a Marquesa de Santos, teria nomeado os seus irmãos nos postos mais elevados do Exército.

> A autopsia do cadáver, morto no paço de Queluz, em 1834, explica seus atos: o coração e o fígado hipertrofiados, o pulmão esquerdo denegrido, friável, sem aparência vesicular quase todo; apenas uma pequena porção da parte superior permeável ao ar; os rins, com cálculos, inconsistentes, esbranquiçados...

Segundo o jornal, esse quadro mostrava a procedência do Imperador, filho de uma "mãe desequilibrada, duma família de loucos..."; isso levava a fortalecer a hipótese de que D. Pedro "foi um louco superior (...) os seus atos nasceram dos desequilíbrios nervosos, que o faziam cruel, incoerente, faminto de amores físicos, mas de bom coração, sempre e sempre altivo e magnânimo"[24].

Observamos a forma como a imprensa negou o 7 de Setembro e o lugar de memória[25] da nacionalidade inventado ao longo do século XIX: o Grito do Ipiranga. Interessante comparar este processo com outras regiões onde, embora não comungando com estes lugares de memória da nacionalidade, como em Pernambuco ou Mato Grosso, a crítica não chegou a ser tão forte. A imprensa matogrossense e os intelectuais de 1922, por exemplo, entendiam que no sertão o Grito do Ipiranga e Dom Pedro I perdiam força, mas poderiam ser cultuados se o governo republicano olhasse para os múltiplos problemas econômicos e redimisse a região da imagem de barbárie, veiculada pelo litoral civilizado. Através das fontes consultadas, parece que Pedro I e o Grito do Ipiranga não ocuparam espaço positivo no imaginário baiano. Trabalhos sobre o tema mostram que durante o século XIX, o 2 de Julho ocupou lugar privilegiado e não o 7 de Setembro. Tema para posterior trabalho seria comparar Pedro I e figuras como Simón Bolívar. Este, à diferença daquele, ganhou, ao longo do século XIX e XX, uma estátua na praça de alguma cidade mais ou menos importante, especialmente da América do Sul; sua figura foi enaltecida e cultuada constantemente não apenas pelas elites e os governos liberais e conservadores, também pelo povo que acredita fielmente nas façanhas do Libertador, contadas nos livros de História Pátria. Apenas em 1989 Gabriel García Márquez tentou profanar essa imagem sagrada em *El General en su Laberinto*, onde humaniza o herói e dá a conhecer uma outra realidade dos últimos dias de Bolívar. "Outro livro influente nos círculos intelectuais da Venezuela e da Colômbia foi *O culto a Bolívar*, do historiador venezuelano Germán Carrera Damas. Essa obra constituiu também um golpe na desmistificação da carreira de Bolívar"[26]. Mesmo assim, a sua imagem romântica passa imaculada para o século XXI, onde é perpetuada por figuras como Hugo Chávez. Quase 200 anos de culto ao herói não conseguem ser destruídos pela força da história. Aproxima-se rapidamente 2010, a data comemorativa do Bicentenário da Independência da América Latina, e, com certeza, o Libertador seguirá sendo o centro das atenções e lugar de memórias coletivas.

Desta maneira, queremos manifestar a falta de força do culto à imagem do herói do Grito do Ipiranga no cenário festivo baiano em 1922, quando o Brasil completou cem anos de Independência; o porquê da ausência de força será discutido depois. Por enquanto pensemos nas imagens que continuam sendo cultuadas na festa baiana, consideradas como verdadeiros lugares de memória da brasilidade: Cachoeira, Itaparica, Cabrito, Pirajá e Funil e as heroínas elevadas a epicentro da nacionalidade: Joanna Angélica e Maria Quitéria. A pergunta é a seguinte: a guerra baiana pela Independência de 1823 é mito ou realidade? Teria acontecido um processo parecido à invenção do Grito do Ipiranga e a forma como foi construído no século XIX? Wlamyra R. de Albuquerque, parafraseando Lina Maria Brandão, assegura que a contabilidade desta guerra até hoje não é muito clara, mas pesquisadores têm ressaltado que o Recôncavo Baiano foi um dos principais centros de confronto com as tropas portuguesas resistentes à Independência. Além dos combates, as péssimas condições materiais e as moléstias endêmicas, como o impaludismo, compunham o quadro de horror que sempre caracteriza uma guerra, fazendo circular histórias trágicas sobre os heróis daquela saga[27]. Por que cem anos depois da Independência, 1922, as imagens do Grito do Ipiranga e Dom Pedro I não estavam impressas com força na memória coletiva dos brasileiros, incluindo os baianos? Por que o 7 de Setembro perdeu força frente ao 2 de Julho ao longo do século XIX?

DAVI E GOLIAS: 2 DE JULHO E 7 DE SETEMBRO, UMA DISPUTA DE MEMÓRIAS

Sobre a guerra de Independência na Bahia, 1822-1823, se entreteceram histórias ao redor de heróis e lugares que vão tomando força ao longo do século XIX, assegurando ao 2 de Julho posto destacado no culto cívico e na memória coletiva dos baianos. Desde 1826 começou-se a comemorar Dois de Julho de 1823. A diferença do Grito do Ipiranga que apenas em meados do século XIX a historiografia começa a repensar o processo de Independência, tendo como marco inicial a obra de José da Silva Lisboa, *História dos principais sucessos do Brasil dedicada ao Sr. Pedro I*, publicada em 1827. No dia 7 de abril de 1831 Dom Pedro I abdica e o Grito do Ipiranga entra na reta final; a crise havia começado anos antes, inclusive desde 1825. Enquanto isso, os símbolos de 2 de julho começam a projetar-se com força: o carro alegórico do Caboclo, máxima figura durante o culto cívico, foi feito em 1828 com peças tomadas aos inimigos portugueses durante as batalhas[28].

Em 1840 é construído o carro da Cabocla, o símbolo feminino da Independência que, junto com as heroínas mencionadas, dariam significado diferente àquele do Grito do Ipiranga; Na década de 1840 o 7 de Setembro começa a ser resgata-

do pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Porém, o projeto da 'nacionalidade' baiana já estava preso na memória coletiva. "Jornais de 1830, 1831 e 1833 revelam o esplendor da festa, a decoração dos préstitos. No jornal *O Baiano*, 26/06/1830, há na folha 276, um chamado 'a todos os Diretores dos Arcos que se preparam para o Dia Dois de Julho, e dos Carros Triunfantes hajam de no dia subseqüente dirigir-nos as descrições, tanto de uns como de outros, juntando todos os dísticos e emblemas que os adornam"[29]. Socorro Martinez narra a forma como 2 de Julho é comemorado ao longo do século XIX:

> Estruturam-se os festejos. As comemorações, a partir de 1840, apresentam-se organizadas com variantes. Primeiramente, toda a improvisação era do povo, depois seu planejamento concentra-se na Sociedade 2 de Julho e, pouco a pouco, o poder público interfere, organiza, constitui comissão, publica editais, assume. Mas o dono da festa é e será sempre o povo. Nos primórdios, havia solenidade especial com a colocação de marco simbólico, no Terreiro, onde se construiria o Palacete dos Carros.

No começo da década de 1870, ao final da Guerra do Paraguai, quando a Monarquia entra em processo de plena decadência, os jornais baianos estão muito preocupados pela divulgação das festas em torno do 2 de Julho. *O Reverbero*, por exemplo, em número especial de 1871, faz uma reconstituição de toda a história da Independência baiana.

> É detalhadamente relatada a construção do Pavilhão Histórico da Lapinha e os transtornos decorrentes de os caboclos serem guardados em barracão, no Maciel de Baixo (...) A capa reproduz o Caboclo em seu carro. Muitos detalhes são percebidos (...) O mais importante é o grandioso palacete armado no Terreiro de Jesus. Ali claramente estão desenhados o Caboclo como a Independência, a Cabocla como a Liberdade, em seus carros, em sua forma. Todas as ocorrências são descritas. A emoção dos batalhões, seus comandantes. Encerra-se a edição com uma verdadeira ode ao 'Marechal Pedro Labatut', a justiça das homenagens que lhe foram prestadas, trasladando seus restos mortais para Pirajá" [30].

Interessante a maneira como os baianos vão delineando a memória também em torno de lugares como A Lapinha, o antigo convento da freira Joanna Angélica e heróis como Labatut que, como estrangeiro, poucas homenagens recebia. Assim, enquanto nas décadas de 1860 e 1870 os símbolos nacionais entram, mais uma vez, em crise, na Bahia a imagem da *baianidade*, 2 de Julho, ganha outros lugares de memória e se projeta para finalizar com grandeza esse

século. Enquanto isso, a partir de 1863, políticos como Homem de Mello e Teófilo Ottoni tentaram minimizar mais uma vez os fatos em torno de D. Pedro I e D Pedro II. Lembremos que Ottoni discordou da inauguração de uma estátua eqüestre a Pedro I, chamando-a mentira de bronze; argumentou que Pedro I não era o herói da independência, tampouco era digno de tal homenagem. De novo se discutiu o 7 de setembro de 1822 ou o 7 de abril de 1831 como a data fundadora da nacionalidade. A polêmica atingiu Tiradentes, resgatado pelos liberais como o principal artífice da emancipação[31].

Na Bahia, os negros que representaram seus anseios de liberdade no 2 de Julho, agora, em 1888, tinham razão em comemorar com maior solenidade e alegria. O *Diário da Bahia*[32] afirmava que, mesmo sendo maio,

> logo que chegou a notícia de que a Sereníssima Princesa Regente sancionou o projeto abolicionista, uma salva de bombas e girândolas de foguetes em frente a Gazeta da Tarde anunciaram ao povo tão auspiciosa noticia que vem salvar os brios da pátria (...) Em virtude dos pedidos que recebemos dos escravizados que desejam festejar o primeiro dia da sua liberdade e emancipação política do novo país, o grande préstito composto de cavaleiros, carros, as sociedades abolicionistas com os seus estandartes, e pessoas a pé, serão trazidos pelos escravos o carro do caboclo e pelas escravas o carro da gentil cabocla que representa a princesa das montanhas. Depois percorrerá a coluna popular, as principais ruas por onde costumam passar os carros triunfais no memorável dia Dois de Julho, até o Forte de S. Pedro.

Wlamyra de Albuquerque diz que a costumeira 'procissão' de 2 de Julho percorreu as ruas da cidade já que as comemorações haviam começado pela manhã, com queima de fogos. No distrito de Santo Antônio, onde as festividades tinham início, as pessoas passeavam admirando a decoração das sacadas das casas e ruas[33]. No Campo Grande ou Lapinha estava sendo construído o enorme monumento à memória de 2 de Julho, que seria inaugurado em 1895, com outra pomposa festa[34]. Com esta inauguração do Monumento ao 2 de Julho a Bahia quase que fechava o século XIX, mostrando que se podia falar, para o caso baiano, de uma memória coletiva em torno de um só lugar de memória, diferente do enfrentamento que nesta década consumia a republicanos e monarquistas na disputa pelo "verdadeiro" lugar da memória nacional.

Desta maneira, enquanto a República preocupou-se em reduzir a importância da comemoração do 7 de setembro tentando fixar o 15 de novembro de 1889 como a data maior da nacionalidade, na Bahia, a memória em torno de Dois de Julho se afirma para entrar ao século XX, reproduzindo-se culturalmente, porém, sem perder

brilho. Socorro Martinez diz que a inauguração do Campo Grande muda o desfile de 2 de Julho. Pode-se dizer que a festa se divide em duas. Uma de caráter popular, coordenada pela comissão dos festejos, e outra oficial, cuja responsabilidade e liderança é do poder público. Na comemoração de 1898, no dia 2 de julho, pela manhã, os carros triunfais vieram da Lapinha e permaneceram no Largo Santo Antônio. À tarde teve lugar o te-déum e o desfile oficial até o Campo Grande. Houve palanque armado para os símbolos históricos, poesias declamadas, as casas enfeitadas, o coreto belamente iluminado. E assim, em 1900, o 2 de Julho encerrava o século XIX com mais uma festividade. Nova formalidade seria introduzida para o século XX, com a abertura do palácio e os cumprimentos pelo governador ao meio-dia, na Praça Municipal, prática que se repetiria por muito tempo. Naquele ano, os caboclos seriam recuperados pelo artista Brasilino Antônio Dias.

Em 1903 foi comemorado o oitavo decênio do 2 de Julho e assim estas festas continuaram se festejando ano após ano. Em 1908 houve concurso de fachadas; em 1909 os carros passaram a ser levados para a freguesia na noite do dia primeiro. Anos de pouco entusiasmo teriam se seguido a partir desta data, continua assegurando Martinez, quando os jornais destacam que a festa se mantinha mais pela persistência dos moradores de Santo Antônio, situação que piora durante a Grande Guerra e por descaso do Governo do Estado. Porém, em 1915 a imprensa relata o entusiasmo com que foi comemorado o 2 de Julho. Neste ano teria sido acolhida a proposta para que o Instituto Histórico fizesse aquisição do barracão da Lapinha, conservando para o seu museu os emblemas da emancipação política ali existentes, proposta aprovada, com a qual tem começo uma nova história na vida dos caboclos.

Em 1917, o Instituto promove a construção de um novo pavilhão e em 1918 projeta-se a demolição do velho barracão. Projetando, desta maneira, a comemoração do Primeiro Centenário do 2 de Julho em 1923[35]. Festas onde não faltaram populares nas ruas e praças por onde passava o desfile e os emblemas da "nacionalidade" baiana. Porém, a partir de 1903 foi assumido, pela Liga de Educação Cívica e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), o papel de disciplinar as massas nos cortejos cívicos, como afirma Wlamyra Albuquerque, o que mostra o interesse do povo pela festa em torno de 2 de Julho. Enquanto esse sentimento cívico acontecia na Bahia, e na medida em que se aproximava 1923, todos se interessavam para que a festa tivesse o melhor brilho possível. Porém, no restante do país não faltavam as críticas a 7 de Setembro, o Governo central não havia podido congregar os brasileiros em torno do Grito do Ipiranga e esse seria o grande desafio da presidência de Epitácio Pessoa.

De fato, pelo menos entre 1919 e 1922 o governo Epitácio Pessoa levou saúde a estados afastados e investiu grandes somas em poços e açudes, pene-

trou o país com inúmeras vias de transporte e com novos meios de comunicação como o rádio, abrindo um novo patamar, um novo marco na trajetória da comunidade imaginada. Na medida em que o Governo tentava solucionar os problemas de saúde pública e das secas nordestinas, a população alcançada por tais programas se ligava mais a seu país, não apenas pelo patriotismo ligado ao serviço militar obrigatório, à propaganda das Ligas Nacionais ou à precária rede escolar, mas pelas melhores condições sociais. Na Bahia, acreditamos que o grau de identidade regional alcançado em torno de seus próprios lugares de memória, não teria permitido que esses projetos conseguissem com que a população se voltasse para o Rio de Janeiro de onde provinham essas melhoras públicas, e, assim, fazer parte da brasilidade. Já vimos ao longo de várias passagens de nosso trabalho o esforço dos monárquicos por estabelecer apenas um lugar de memória nacional em torno de 7 de Setembro e tudo que impediu conseguir o objetivo, especialmente quando da fundação da República. Na Bahia foi diferente, na medida em que o Rio de Janeiro fazia tudo para veicular a identidade nacional, neste Estado os símbolos colocados em andamento tomaram força a cada década, sem dar espaço ao 7 de Setembro ou 15 de Novembro, no imaginário baiano. Completados 100 anos de Independência, a nação brasileira ainda era um projeto, porém à região baiana, desde o ponto de vista simbólico, estava mais arraigada nos imaginários sociais; em 1922 e 1923 mostrava-se como uma autêntica comunidade imaginada, diferente do Brasil ao qual faltava-lhe muito para construir a verdadeira imagem de uma comunidade simbólica.

COMEMORANDO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL EM 2 DE JULHO DE 1923

Comemorar a festa da nacionalidade em 2 de Julho e não em 7 de Setembro, significava o poder de Davi contra Golias na pretensão por estabelecer uma memória coletiva. Com antecedência as ruas e praças da cidade de Salvador começaram a ser enfeitadas e cuidadas para dar passagem ao desfile centenário de 2 de Julho de 1923; os jornais mencionaram todos os projetos da Prefeitura e de pessoas particulares que lutaram para dar o maior brilho possível à festa. O *Diário de Notícias*[36] anunciava que a Rua da Lapa seria renomeada com o da grande figura, heroína da Independência, Joana Angélica, ela havia dado a vida para salvar soldados atacados pelos portugueses quando abriu as portas do convento para alojá-los. Os lugares estratégicos por onde passaria o desfile foram reformados, como a Praça Castro Alves, onde se havia levantado a estátua do grande literato, poeta dos escravos, cuja imagem dominava, desde a Cidade Alta, a Baía de Todos os Santos. *O Imparcial*[37] afirmava que todos os quiosques seriam retirados das praças da cidade, especialmente daquela. A 6 de junho, a cidade

ofereceu homenagens ao ilustre poeta e foram colocadas coroas na base do monumento, "que ficou logo cercado do povo" concluía *O Imparcial*[38]. Ruas velhas foram demolidas e casarões antigos pintados para dar mais esplendor à festa; a iluminação estava magnífica, asseguravam o *Diário de Notícias*[39] e *A Tarde*[40]; este afirmava que a "Vista do mar, oferece uma nova feição, à noite à cidade, destacando-se a fila dos postes iluminativos". A 03 de julho, uma das maiores atrações foi a festa ao Senhor do Bonfim, que veio pelo mar desde Itapagipe até à cidade. *O Democrata*[41] supunha que o cortejo que acompanhou a imagem até o templo que leva o nome do santo, deveria ter estado integrado por 80.000 fiéis. Todas as instituições se uniram para festejar a grande data, o *Diário Oficial da Bahia* publicou uma *Edição Especial*, em comemoração ao 2 de Julho; deu a conhecer todo o processo histórico do estado, sua economia, os homens da política, etc.

> Ao decorrer de 1923, na celebração do centenário de Independência política da Bahia, donde, como um novo sol, surgiram e se distenderam, por todo o vastíssimo território do país, a Fé e o Amor, o Progresso e a Civilização não podia deixar a Imprensa Oficial do Estado de participar dos grandes homenagens ao '2 de Julho' de 1823- cintilante fecho das vitórias da nossa gente, pela sua coragem, pela sua tenacidade, pelo seu heroísmo, a salvar na conseqüência iniludível dos fatos, o grito do Ipiranga, com o sacrifício do sangue e da vida, de Cachoeira a Cabrito, de Pirajá à entrada triunfal na cidade de Salvador tam valentemente reconquistada para a liberdade e para a Gloria![42]

Os jornais publicaram odes à pátria, hinos, estrofes, alegorias, fotografias das heroínas da Independência, especialmente Maria Quitéria e Joana Angélica; todos os lugares de memória foram enumerados, discursados, percorridos; vários monumentos levantados, desde Cachoeira, passando por Itaparica, até Salvador. O monumento ao 2 de Julho foi honrado com visitas, romarias e muitas flores. O grandioso cortejo cívico e militar partiu da Lapinha, - onde se levantou uma coluna a Labatut, foi em direção a Campo Grande (aí se encontrava o Monumento ao 2 de Julho) - passou pelas ruas Soledade, São José de Cima, Perdões, Quintandilha, Conceição do Boqueirão, Cruz do Pascoal e Carmo. Percorreu o Pelourinho, Portões do Carmo, Praça 15 de Novembro, Misericórdia, Praça Rio Branco, Rua Chile, Praça Castro Alves, Ladeira de S. Bento, Avenida 7 de Setembro, até concluir no Campo Grande.

É interessante mostrar a forma como a Bahia recriou o 2 de Julho e sobredimensionou os fatos em torno da sua Independência, que para ela era a Independência do Brasil. As alegorias, símbolos centrais da comemoração, estiveram

presentes: o par de caboclos; no princípio da festa existia apenas um, de sexo masculino, que se incorporou à comemoração desde 1826; depois da batalha de Pirajá em 1823, os baianos lhe tomaram uma carreta aos portugueses, transformando-a em troféu, a qual enfeitaram com folhas de café, cana, fumo, simbolizando os frutos da terra. Sobre ela colocaram um descendente indígena. Posteriormente, este foi substituído pela escultura de um índio, simbolizando a raça brasileira. "Um novo carro foi encomendado em 1840 para transportar a figura da cabocla, uma representação de Catarina Paraguaçu, a índia que teria se casado com o lendário Caramuru, selando assim a aliança entre portugueses e nativos"[43].

Os lugares de memória aqui na Bahia aparecem claramente demarcados: Cachoeira, Itaparica, Cabrito, Pirajá e Funil; assim como outros na área urbana de Salvador onde se realizaram os desfiles: Lapinha e Campo Grande. Vimos que a 07/09/1922, na festa comemorativa do Grito do Ipiranga, os desfiles, depois de percorrerem vários lugares de memória, finalmente chegaram a Campo Grande, onde se encontra o monumento a 2 de Julho; fato interessante se pensarmos que 7 de Setembro, no seu Centenário, teve que se curvar frente a 2 de Julho nesse lugar. Os cortejos cívicos, a cada 2 de Julho, também passam por cima de 7 de Setembro, pois pela Avenida que leva o nome do lugar de memória nacional, as comemorações do Centenário da Independência desfilam. Assim, os símbolos nacionais veiculados em cidades como Salvador, perdem força frente aos lugares de memória da *baianidade*, numa verdadeira disputa.

INTERESSE DE TODOS EM PERPETUAR 2 DE JULHO

Por que a festa tem congregado toda a sociedade baiana, desde os negros ainda escravos na era Imperial, até a classe alta de Salvador? Podemos afirmar que 2 de Julho tem feito da Bahia uma "verdadeira Nação", congregada em torno de um único lugar de memória, representado pela data e os heróis envolvidos na trama pela Independência. Estes fatos contrastam com a memória em torno do 7 de Setembro de 1822 que, como já dissemos, até 1922 ainda não havia sido suficientemente afirmada como centro da nacionalidade, da brasilidade. Na Bahia é diferente; pelos trabalhos realizados por João José Reis[44], Wlamyra Albuquerque, Jocélio Teles dos Santos, dentre outros, podemos assegurar que os baianos associaram as figuras religiosas do candomblé, onde aparecem figuras de caboclos, com os do 2 de Julho: "a familiaridade simbólica entre as entidades do candomblé e os símbolos da Independência leva-nos a pensar sobre a complexidade dos cruzamentos culturais que ganhavam nitidez nas comemorações do Dois de Julho"[45]. Segundo Jocélio Teles dos Santos: "Apesar de haver uma diferença conceitual entre o caboclo da Independência e o caboclo do candomblé há um parentesco simbólico entre ambos, na medida em que o sentido de continuidade

entre os índios da Independência e o 'dono da terra', como é expresso no espaço litúrgico, adquire uma dimensão política"[46]

São importantes as figuras da cabocla e as heroínas da Independência: Joanna Angélica e Maria Quitéria, símbolos do feminino, que contrastam com os heróis do 7 de Setembro, representantes do arquétipo de mulher ideal, boa, fiel como aquela "mulher materna para a qual regressam os desejos da humanidade"[47]; chocam, estas imagens, com a figura altiva de D. Pedro I, representante apenas do masculino. Nos símbolos nacionais não aparecem mulheres, nem heróis pobres como em 2 de Julho, o que acabou convocando todo mundo na festa. Wlamyra R. Albuquerque destaca a presença de senhoras e senhorinhas da elite na festa de 2 de Julho a começos do século XX, que contrastavam com as mulheres pobres que há muito tempo tinham a rua como um território próprio.

Mulheres e homens, escravos no século XIX e ex-escravos republicanos, ricos e pobres se encontravam na festa, não sem as diferenciações, cada qual mostrava sua condição social, racial e política de alguma forma[48]; em épocas mais modernas o automóvel seria o objeto mais diferenciador das classes, neles podiam desfilar as classes abastadas de Salvador, mostrando ao "povinho" quem era quem na festa. Por sua parte, o povo se identificava bem com uma festa na qual podia sambar, comercializar, praticar jogos de azar e, enfim, se divertir. "Mas comer, beber demasiadamente e apostar em jogos de azar eram apenas alguns dos 'excessos' cometidos na festa. Martiniana Brígida dos Santos foi presa, no dia 2 de julho de 1896, no Distrito da Sé, porque, ao invés de hinos patrióticos, proferia 'palavras obscenas à moral'[49]. A presença de todas as classes sociais nas festas coloniais e monárquicas e, inclusive, a carnavalização do sagrado foi amplamente mostrado por João José Reis. O autor diz que na festa do Divino Espírito Santo, por exemplo, existiam versos deste tipo:

O divino Espírito Santo

É um grande folião,

Amigo de muita carne,

Muito vinho e muito pão[50]

Desde a segunda metade do século XIX, quando o governo decide oficialmente comemorar 2 de Julho, junto ao povo, as diferentes famílias tradicionais do Estado interessaram-se em veicular a festa a seu favor, especialmente em épocas de crise, para dessa forma construir uma comunidade imaginada, em torno de símbolos de poder, de festas pátrias, etc., e não ao redor de projetos de desenvolvimento social. Na década de 1870 a produção açucareira entra em verdadeiro declínio; políticos e industriais preocuparam-se em investir em tecnologias e ferrovias com miras a

estabelecer engenhos centrais; mas, disputas políticas e interesses particulares entravaram tais projetos até 1909 quando foram arquivados[51]. Em 1910 o governo Hermes da Fonseca com seu movimento salvacionista atingiu as oligarquias nordestinas, e claro, a Bahia. Em 1922 o estado se une ao Rio Grande do Sul contra a candidatura de Arthur Bernardes, imposta pelo eixo São Paulo - Minas Gerais, formando a *Reação Republicana* que apresentou o nome de Nilo Peçanha e J.J. Seabra, como candidatos à presidência e à vice-presidência da República respectivamente; porém, foram derrotados finalmente nas eleições de março de 1922[52]. Desta forma, a Bahia comemorou o Primeiro Centenário da Independência sob o signo do ressentimento contra as políticas nacionais.

A festa de 2 de Julho se impunha no imaginário social, e, nesse sentido, a disputa entre nação e região crescia na medida em que a Bahia perdia o seu lugar de destaque como produtora de açúcar devido também ao descaso do governo federal, embora a presidência Pessoa tentasse chegar até essa região com os seus projetos salvacionistas; declínio geral do Nordeste, isolamento geográfico, atraso tecnológico e incapacidade de unir-se por interesses comuns entre os vários estados nordestinos ou do Sul, como anotado anteriormente. O elevado índice de analfabetismo da região contribuía para o inevitável distanciamento entre o Nordeste e o Sul; a concentração de terras e os enormes latifúndios não permitiam ao Estado desenvolver projetos sociais. Em 1920 quando rapidamente se aproxima a data comemorativa do Primeiro Centenário da Independência o governo baiano enfrentava rixas com coronéis sertanejos. Bastante trabalho deu aos governadores estaduais Antônio Moniz e José Joaquim Seabra submeter o levante do coronel Horácio de Mattos; após combate chegaram a um acordo, com intervenção do governo federal chefiado por Epitácio Pessoa. Para este, a situação era delicada. Seabra fora o esteio de sua candidatura na Bahia. Rui Barbosa, seu adversário. A Revolução Sertaneja dominava o estado, a fim de impedir a posse de Seabra, cuja eleição impugnava como fraudulenta. Os pedidos de intervenção formulados pelo governador seabrista e pelo presidente do tribunal (que assumira o Governo ao tempo dos bombardeios assegurando a primeira posse de Seabra) visavam restaurar seu poder no estado[53].

Época conturbada no Estado nordestino: vários militares agrediram estudantes e professores da Faculdade de Direito em Salvador, obrigando o presidente Pessoa a exigir ao governador da Bahia, J.J. Seabra, tomar enérgicas medidas contra os agressores. Enquanto rivalidades e disputas políticas e militares acontecem na ante-sala do Centenário, a seca assola o sertão baiano, em Juazeiro, por exemplo, as pessoas morrem nas ruas, flageladas pelo problema, a cidade estava cheia de mendigos que clamavam pela caridade pública. A queda crescente do preço do cacau obriga os cacauicultores reclamar do governo estadual

para tomar providências urgentes e evitar a ruína a que estavam condenados. Os gêneros de primeira necessidade aumentavam constantemente de preços, levando a Superintendência de Abastecimentos a estabelecer cotações semanais, o que gerava protestos da Associação Comercial da Bahia, que exercia essa função desde 1918 por determinação do Ministério da Fazenda. A impontualidade do Estado nordestino no pagamento aos seus credores estrangeiros ganhava as colunas dos mais importantes órgãos da imprensa internacional. Várias associações operárias declararam-se em greve. Foram registrados, em todo o estado, casos de febre amarela, peste bubônica e varíola. Em 1921 explodem novas guerras entre coronéis, nos sertões da Bahia; a população de Lençóis e de diversas cidades vizinhas é aterrorizada pelos combates sangrentos. Credores estrangeiros (banqueiros ingleses) sentindo que o município de Salvador não cogita de pagar dívidas cujo vencimento está previsto para esse ano, propõem reduzi-las em 25%. As diferentes doenças que continuavam alastrando-se pela cidade de Salvador e pelo estado obrigaram, neste ano de 1921, à Saúde Pública Federal criar na Bahia o serviço de profilaxia da lepra e das doenças venéreas[54]. Frente ao caos político, econômico e social que a Bahia e Salvador enfrentavam nesses anos do Centenário não é surpreendente que a elite e o povo tentem conjugar medos e esperanças se aglutinando mais uma vez em torno da comemoração do culto cívico em torno da imagem de 2 de Julho, recebendo apoio total por parte do governo estadual em crise.

Em 1999, Salvador completou 450 anos e, como sempre, 2 de Julho foi o grande motor da festa; aí, nos diferentes palcos esteve presente Antonio Carlos Magalhães; por todo o Recôncavo Baiano não é raro observar, em cada uma das obras propulsoras do "nacionalismo" baiano, nas lápides de mármore, comemorativas das festas pátrias, o nome do político, desde São Félix e Cachoeira até Santo Amaro e Nazareth, passando pela ilha de Itaparica até Salvador; a figura de Magalhães ocupa todos os espaços preenchidos também pelos lugares de memória do 2 de Julho. No máximo recinto que guarda a imagem do Senhor do Bonfim, em Salvador, na igreja que leva o seu nome, na sala de depósito dos ex-votos, pode-se encontrar, numa parede destacada, a fotografia colorida de Magalhães. Desta forma, política, culto cívico, amor à pátria (Bahia) e religiosidade se entretecem para formar um todo homogêneo em torno de uma memória coletiva voltada para 1823 e não para 1822.

Pelo analisado até aqui, apenas em parte poderíamos aplicar, para o caso baiano, a seguinte afirmativa de Ângela de Castro Gomes, referindo-se à comemoração do primeiro centenário da Independência no Brasil em 1922:

> Comemorações como essa costumam mobilizar os governantes e a sociedade em geral, pois são sempre uma oportunidade

> e um convite especial à realização de balanços, quer como objetivos de engrandecimento, quer com explícita intenção crítica. Por isso, políticos e intelectuais estão particularmente envolvidos, uma vez que têm como atribuição especifica a produção de análises que permitam a compreensão da realidade do país, com base nas quais serão concluídos projetos visando o seu maior progresso. Em síntese, explicações sobre as causas do 'atraso' e idéias sobre as possibilidades de 'modernização'[55]

Frente à decadência de uma classe econômica e política, era necessário aproveitar, mais uma vez, a festa do Centenário da Independência brasileira e o Centenário de 2 de Julho para colocar a Bahia como centro do país, para, como diz Gomes, usando a comemoração com motivos de engrandecimento; pois mostraram, mediante os discursos centenários, uma região que havia dado o seu sangue pela independência de todos, agora esses "todos" deveriam volver-se para esta região decadente e, pelo menos, bater palmas. Na festa falada não encontramos balanços sobre as causas dos problemas regionais, e muito menos para falar das possibilidades de modernização.

NOTAS

[3] OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.
[4] MEYER, Marlyse & MONTES, Maria Lucia. *Redescobrindo o Brasil: A festa na política*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1985, p. 7.
[5] ROUSSEAU, Jean Jacques. *Lettre à Mr. D'Alembert sur les spectacles*. Genève: Droz, 1948.
[6] CARMONA, Darío Acevedo. "Religiosidad, Fiestas y Cultos en la Revolución Francesa", in *Revista Universidad Nacional*. Medellín: números 29 y 30, septiembre de 1992.
[7] CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito.* Religiosidade Civil e Comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições Nudoc/Museu do Ceará, 2005, pp. 19-20.
[8] LOMNÉ, Georges. "Las ciudades de la Nueva Granada: teatro y objeto de los comflictos de la memoria política (1810-1830)", in *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, número 21. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1993.
[9] LEDEZMA MENESES, Gerson Galo. *Festa e forças profundas na comemoração do Primeiro Centenário da Independência na América Latina (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina).* Tese de doutorado. Universidade de Brasília: 2000.
[10] THOMSON Alistair, FRISCH Michael & HAMILTON Paula, THOMSON, Alistair, *et. Alli*. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais", in AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*..Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 65-91.
[11] ANDERSON, Benedit. *Comunidades Imaginadas.* Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE., 1993.
[12] HALL, Stuar. *As identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997, p. 53.
[13] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

[14] PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum". In AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
[15] *Diário da Bahia*, Salvador: 09/09/1922.
[16] *O Democrata*, Salvador: 01/09/1922.
[17] *Diário de Notícias*, Salvador: 11/09/1922.
[18] *O Imparcial*, Salvador: 07/09/1922.
[19] *Idem*, 05/07/1923.
[20] *Renascença*, Salvador: 30/09/1922.
[21] *Revista da Bahia*. Salvador: 07/09/1922.
[22] AMARAL, Braz do. *Recordações Históricas*. Porto: Typografia Econômica, 1921
[23] *Diário de Notícias*, Salvador: 05/09/1922.
[24] *Idem*, 06/09/1922.
[25] NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". *Projeto Histórico*. São Paulo. N. 10. pp. 7-28, diciembre 1993.
[26] GOTT, Richard. *À sombra do Libertador. Hugo Chávez Frias e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 136.
[27] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. "Patriotas, festeiros, devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)", in Maria Clementina Pereira Cunha. *Carnavais e outras festas. Ensaios de historia social da cultura*. São Paulo: Unicamp, 2002, p. 158. Sobre o processo de Independência na Bahia, pode-se consultar também: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. II. Brasil Monárquico. 2. Dispersão e Unidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (sexta ed.). Vol. escrito por CARDOSO, Fernando Henrique... et all. Ver especialmente o Livro Terceiro, O Nordeste e a Bahia, pp. 191-311.
[28] AMARAL, José Álvares do. "Resumo chronológico e noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento", in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Vol 47. Salvador: 1922.
[29] MARTINEZ, Socorro Targino. *2 de Julho. A Festa é História.* Salvador-Bahia-Brasil. Salvador: Selo Editorial da Fundação Gregório de Mattos, 2000, p. 71.
[30] *Ibid*., p. 78.
[31] SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, capítulo 7.
[32] *Diário da Bahia*, Salvador: 13/05/1888.
[33] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, *op. Cit*., p. 170.
[34] Ver *Jornal de Notícias*, Salvador: 01/07/1895; 03/07/1895; 08/07/1895.

[35] MARTINEZ, Socorro Targino, *op. Cit*., pp. 124-127.
[36] *Diário de Notícias*, Salvador: 24/05/1923.
[37] *O Imparcial*, Salvador: 02/06/1923.
[38] *Idem*, 07/07/1923.
[39] *Diário de Notícias*, Salvador: 14/06/1923.
[40] *A Tarde*, Salvador: 30/06/1923
[41] *O Demócrata*, Salvador: 07/07/1923.
[42] *Diário Oficial da Bahia*. Edição Especial, Salvador: 02/07/1923.
[43] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Patriotas, festeiros, devotos...* As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923), in Maria Clementina Pereira Cunha. *Op., cit*, pp. 157-203.
[44] REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
[45] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, *op. Cit*., p. 163.
[46] SANTOS, Jocélio Teles dos. *O dono da terra* – A presença do caboclo nos candomblés. Salvador: Sarah Letras, 1995, pp. 31-42.
[47] DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença, 1989, p. 163.
[48] No século XX não seria muito diferente do que acontecia à época colonial. Sobre diferenciação de

classes sociais na Bahia pode-se consultar: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia, in NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, pp. 143-179.

[49] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, *op. Cit*., pp. 174, 186.

[50] REIS, João José. *A morte é uma festa*, op. Cit., p. 67.

[51] ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002.

[52] Sobre estes processos políticos na República Velha, pode-se consultar FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930, in: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 2.Sociedade e Instituições (1889-1930).* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 4001-426.

[53] SILVA, Hélio. *O Levante da Escola Militar, 1920-1922*, in: *História da República Brasileira* (coletânea), vol. 5. São Paulo: Editora Três Ltda, 1998. Ver especialmente o Capítulo XI, A Intervenção na Bahia, pp. 80-92.

[54] Sobre as diferentes crises enfrentadas pela Bahia ao completar 100 anos de independência, pode-se consultar: *BAHIA DE TODOS OS FATOS.* Cenas da Vida Republicana, 1889-1991. Salvador: Assembléia Legislativa, 1996, 384 pp.

[55] GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado, in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.).*Historia da Vida Privada no Brasil*, vol 4. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 489-558.